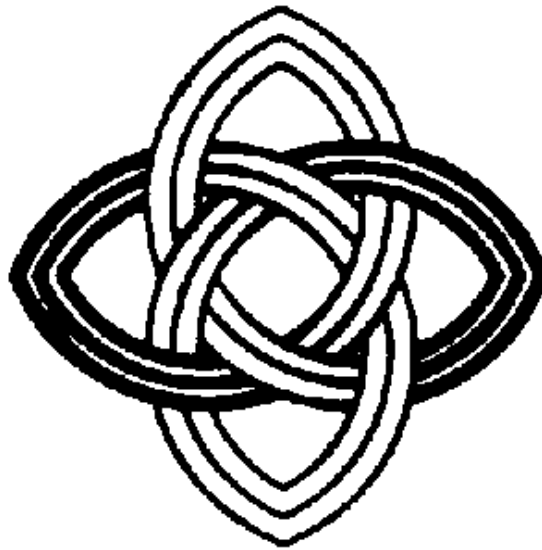




CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO



PARECER DO CONSELHO FISCAL

2014



-Página propositadamente em branco-



A BENEFICÊNCIA FAMILIAR (A.S.M.)
CAIXA ECONÓMICA DO PORTO (Anexa)

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De harmonia com o n.º 1 do Artigo 65.º, CAPÍTULO II, dos Estatutos, convido os Senhores Associados a reunir em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social, sita à Rua Formosa, n.º 325 – 2º andar, nesta Cidade do Porto, no dia 26 de Março de 2015, pelas 17,15 horas, a fim de tratar a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- DISCUTIR E VOTAR O RELATÓRIO E CONTAS DA DIREÇÃO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014.

Se não comparecerem mais de metade dos sócios existentes a Assembleia reunirá uma hora depois da marcada (18,15 horas), com qualquer número de sócios presentes.

Porto, 06 de Março de 2015

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

a) Fernando Alves de Almeida Miranda



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

RELATÓRIO DA DIREÇÃO

Senhores Associados:

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO, (anexa à A Beneficência Familiar do Porto - ASM), é uma Instituição Especial de Crédito, cujos estatutos foram aprovados por Alvará Régio de 24 de Agosto de 1905.

Presentemente a CAIXA ECONÓMICA DO PORTO exerce a sua atividade na região do Grande Porto, Área Metropolitana, possuindo apenas um balcão sediado nas Instalações da Instituição à qual está anexa.

De acordo com as disposições legais e estatutárias, vem a Direção da Instituição apresentar o seu Relatório, Balanço e as Contas respeitantes ao exercício de 2014.

A Caixa Económica do Porto é uma Instituição Especial de Crédito integrada na A Beneficência Familiar do Porto – ASM que, por determinação legal tem contabilidade específica para o setor bancário, mas incluída no relatório global que está a ser apresentado.

À informação prestada no relatório referente à Associação Mutualista, anexamos agora a informação contabilística afeta à CAIXA ECONÓMICA DO PORTO.

No que respeita à informação apresentada pela Direção, atesta para os devidos efeitos que certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna.

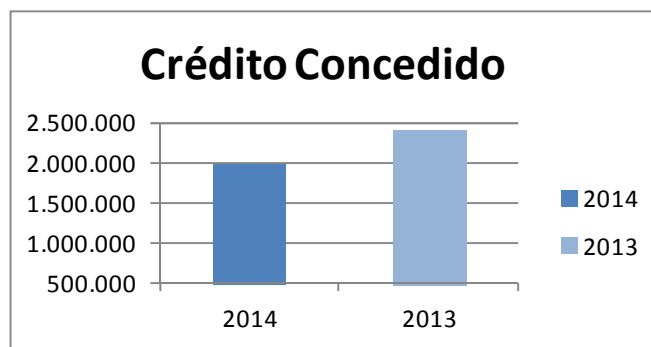
A elevada e constante exigência em torno do mundo empresarial, a que assistimos nos últimos anos, tem vindo a desencadear constantes ameaças e riscos para todas as Instituições. Perante o atual cenário económico-social, marcado por sérios constrangimentos que se refletem, inevitavelmente, na procura e utilização dos nossos serviços o resultado líquido positivo 413.961,17€ é apesar de tudo, satisfatório tendo em conta a conjuntura económica e social. Este acréscimo foi devido ao leilão realizado nos dias 26 e 27 de novembro do presente ano.

**Crédito concedido:**

Registou-se uma diminuição na carteira de crédito no mesmo período homólogo no ano anterior totalizando € 1.990.361,36€. Nos últimos 3 anos as famílias venderam quantidades de ouro significativas, o que originou um desaparecimento no mercado Português e determinou a exportação, empobrecendo ainda mais o País. Como consequência, as famílias ficaram com menos recursos, o que levou a uma diminuição na procura estando, contudo, o seu montante dentro dos parâmetros desejados.

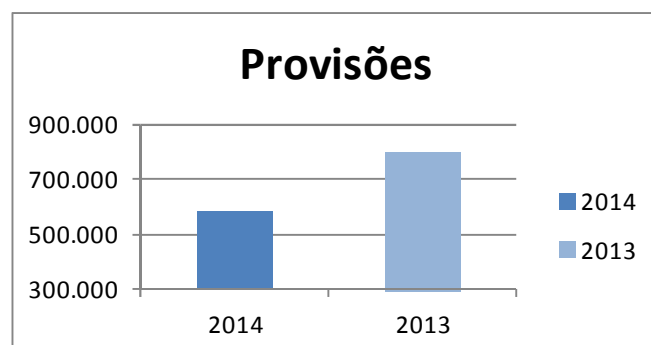
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o movimento ocorrido no montante de crédito concedido, foi o seguinte:

Crédito Concedido	
2014	2013
1.990.361,36	2.395.224,54

**Provisões:**

Como já foi referido com a realização do leilão o risco associado aos empréstimos concedidos diminui, assim sendo, as provisões implicam essa descida.

Provisões	
2014	2013
580.902,13	797.467,28



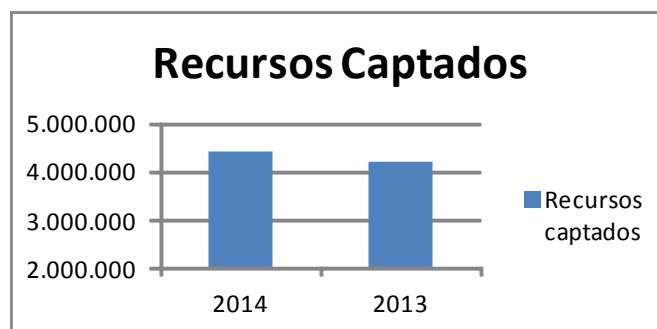


Recursos Captados:

A conjuntura económica e social atual levanta novamente a necessidade de se proceder à poupança das famílias sobretudo através da captação de depósitos a prazo. A Caixa Económica do Porto apresenta um crescimento do número de clientes particulares, revelador do seu dinamismo, e confiança, numa conjuntura adversa ao manter não só os clientes que migraram no ano transato, mas também continuando a atrair novos clientes.

No quadro abaixo verifica-se um aumento de recursos captados no valor médio de 183.647,84€.

Recursos Captados (Valor médio)	
2014	2013
4.405.398,26	4.221.750,42



Resultados:

O resultado líquido positivo, no valor de 413.962,17€ apresenta um aumento dos resultados no valor de 290.762,17€ em relação ao ano anterior (+236%).

Resultados	
2014	2013
413.962,17	123.199,60





CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propõem-se que ao saldo apurado seja dada a seguinte aplicação:

- Reservas..... 41.396,21€
- Fundo Disponível da Associação..... 372.565,96€

Observações complementares:

Foi constituída uma provisão no montante de 60.306,00€ referente ao processo de contraordenações pelo Banco de Portugal, no seguimento da falta de entrega de vários reportes, responsabilidade, até a data, da empresa de consultoria *ProSoluções – Serviços Integrados de Gestão Unipessoal Lda*.

Os movimentos extraordinários de várias correções efetuadas em 2014 referente a períodos anteriores no montante total negativo de 13.598,22€, evidenciados nas contas 6712-6719-6728, foram transferidos para reservas, conta 6399.

Porto, 26 de Março de 2015

A DIREÇÃO

António dos Santos Reis
Américo Pedreira Martins
Rui Melo Cosme
Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho
Carlos Jorge Costa Azevedo Silva



-Página propositadamente em branco-



BALANÇO				
	2014			2013
	ACTIVO BRUTO	AMORT. E PROV. ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
ATIVO				
1. Caixa e disponibilidades em BCs	78.879		78.879	207.010
2. Disponibilidade à vista sobre ICs	979.279		979.279	874.290
3. Outros créditos sobre Ics	4.024.008		4.024.008	3.140.985
4. Créditos sobre clientes	1.990.361	-580.902	1.409.459	1.598.141
5. Obrigações e títulos de rendimento fixo				
Emissores públicos				
Outros emissores				
6. Ações e títulos de rendimento variável				547
7. Participações				
8. Partes do capital em empresas coligadas				
9. Imobilização incorpóreas	98.705	-98.705		
10. Imobilização corpóreas	26.137	-24.965	1.172	2.148
11. Capital subscrito não realizado				
12. Ações próprias ou partes de capital próprias				
13. Outros ativos	40.000		40.000	35.777
14. Contas de regularização	62.486		62.486	78.917
15. Prejuízos do exercício				
TOTAL DO ATIVO	7.299.855	-704.572	6.595.283	5.937.815
PASSIVO				
1. Débitos para com ICs				
a) Avista				
b) A prazo ou com pré-aviso				
2. Débitos para com clientes			4.405.398	4.342.715
a) Depósitos de poupanças				
b) Outros débitos			4.405.398	4.342.715
b1) À vista			36.271	80.157
b2) A prazo ou com pré-aviso			4.369.127	4.262.558
3. Débitos representados por títulos				
a) Obrigações em circulação				
b) Outros				
4. Outros passivos			247.553	37.183
5. Contas de regularização			50.089	72.451
6. Provisões para riscos e encargos			1.889	2.792
a) Para riscos gerais de créditos				
b) Outras provisões			1.889	2.792
6A. Fundo para riscos bancários gerais				
8. Passivos subordinados				
9. Capital subscrito			1.489	1.489
10. Prémio de emissão				
11. Reservas			1.345.008	1.357.985
12. Reservas de reavaliação				
13. Resultados transitados				
14. Lucro do exercício			543.857	134.898
TOTAL DO PASSIVO			6.595.283	5.937.815
Imposto			129.895	11.699
Resultado após Imposto			413.962	123.200
Valores Extrapatrimoniais				
Ativos recebidos em garantia			3.782.649	4.104.554



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS				
	2014	2013	Variação	%
Custos				
1. Juros e custos equiparados	118.436	159.717	-41.281	-25,8%
2. Comissões	346	381	-35	-9,2%
3. Prejuízos em operações financeiras				
4. Gastos gerais administrativos	124.776	102.793	21.983	21,4%
a) Custos com pessoal	44.900	39.436	5.464	13,9%
- Salários e vencimentos	37.331	32.883	4.449	13,5%
- Encargos sociais	7.569	6.553	1.016	15,5%
b) Outros gastos administrativos	79.876	63.358	16.518	26,1%
5. Amortizações do exercício	976	1.710	-734	-42,9%
6. Outros custos de exploração	427	20.927		
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos	613.832	495.270	118.562	23,9%
8. Provisões para imobilizações financeiras	398	147	251	170,2%
10. Resultados da atividade corrente	603.745	48.021	555.724	1157,3%
11. Perdas extraordinárias	61.822	34.322	27.500	80,1%
13. Imposto sobre os lucros do exercício				
14. Outros impostos	325		325	0,0%
15. Resultado antes de impostos	543.857	134.899	408.958	303,2%
TOTAL	1.465.195	950.166	515.029	54,2%
Proveitos				
1. Juros e proveitos equiparados	550.998	599.408	-48.410	-8,1%
2. Rendimentos de títulos				
a) Rendimento de ações				
b) Rendimento de participações				
c) Rendimento de partes de capital				
3. Comissões	61.864	12.209	49.655	406,7%
4. Lucros em operações financeiras				
5. Reposições e anulações de provisões para crédito	830.397	207.320	623.077	300,5%
6. Reposição e anulações de provisões de imobilizações financeiras	168	223	-55	-24,7%
7. Outros proveitos de exploração	19.509	9.806	9.703	98,9%
8. Resultados da atividade corrente				
9. Ganhos extraordinários	2.259	121.200	-118.941	-98,1%
11. Prejuízos do exercício				
TOTAL	1.465.195	950.166	515.029	54,2%

Imposto	129.895	11.699
Resultado após imposto	413.962	123.200



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em 31 de Dezembro de 2014

NOTA PRÉVIA

A Caixa Económica do Porto, instituição de crédito anexa à Beneficência Familiar do Porto (ASM) enquadra-se no regime estabelecido no Dec-Lei n.º 136/79, de 18 de Maio, podendo exercer todas as atividades nele previstas.

A CAIXA ECONÓMICA DO PORTO é uma instituição de crédito que, no âmbito da sua atividade, pratica empréstimos sobre penhores com garantia real de objetos em ouro e pedras preciosas. Atua na captação de depósitos à ordem e a prazo da pequena poupança e não detém participações em outras empresas pelo que a informação apresentada foi realizada em base individual.

Convém referir, também, que, no que toca á atividade creditícia, integramo-nos e estamos submetidos às orientações estabelecidas no Dec-Lei n.º 365/99, de 17 de Setembro.

Em ordem a conhecer-se, com suficiente precisão, a atividade praticada, cumpre esclarecer:

- ✓ Só operamos com residentes;
- ✓ Na área do crédito, circunscrita a empréstimos sobre penhores, supõe-se que o financiamento, todo ele, se destina ao consumo;
- ✓ A garantia prestada é, de fato real; e a margem de segurança observada permite que os objetos incursos no leilão atinjam um valor que supere, por largo, a dívida acumulada, originando, por isso, um crédito a favor dos mutuários, denominado remanescente;
- ✓ As duas funcionárias destacadas para a Caixa Económica do Porto têm vínculo laboral com a Associação Mutualista “A Beneficência Familiar”, e estão abrangidas pelo regime geral de Segurança Social;
- ✓ Não praticamos operações de locação financeira;
- ✓ O que segue, aliás de carácter residual, obedece à numeração sequencial estabelecida no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), convindo referir que os pontos silenciados, ou não são aplicáveis no universo da Instituição, ou a sua apresentação nada acrescenta de forma a explicar a leitura das Demonstrações Financeiras;
- ✓ A CEP classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital e/ou juros ocorridos que continuem a ser devidos após 30 dias do seu vencimento;



- ✓ As provisões sobre a carteira de retalho em incumprimento são recalculadas mensalmente e devidamente contabilizadas as regularizações. O apuramento do valor da provisão a efetuar ou anular é determinado sobre o valor do capital mais juro em risco e em função das classes do crédito vencido conforme orientação do Banco de Portugal, isto é: Classe I = 1,5%; Classe II = 10%; Classe III e IV = 25% e Classe XII = 100%.

Assim:

Não existem quaisquer derrogações dos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

Salienta-se que a estrutura dos custos e proveitos gerou boa liquidez dos ativos da Instituição, permitindo responder com eficiência às necessidades que possam ocorrer.

DISPONIBILIDADE E APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS

A Direção da CAIXA ECONÓMICA DO PORTO tem ponderado que os valores aplicados em instituições financeiras devem ser distribuídos por mais Instituições reduzindo, assim, o risco de concentração.

As aplicações financeiras estão constituídas em depósitos à ordem e a prazo em instituições nacionais por obtenção de melhor taxa de rendimento, sendo exercido um frequente controlo dessas aplicações junto das respetivas Instituições.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução nº 13/2009).

No quadro seguinte é apresentado a distribuição dos depósitos à ordem e a prazo pelas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2014:

	MG	BPI	CGD	BANIF	BIC	POPULAR	Totais
Dep. à Ordem	260.769 €	638.607 €	-	-	-	80.000 €	979.376 €
Dep. a Prazo	600.000 €	-	865.000 €	879.008 €	880.000 €	800.000 €	4.024.008 €
TOTAL	860.769 €	638.607 €	865.000 €	879.008 €	880.000 €	880.000 €	5.003.384 €

**ATIVO IMOBILIZADO****Imobilizado Incorpóreo**

O movimento ocorrido no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

2014			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Total
Ativos			
Saldo inicial	94.405,10	4.299,66	98.704,76
Aquisições	-	-	-
Alienações/abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	94.405,10	4.299,66	98.704,76
Amortizações acumuladas			
Saldo inicial	94.405,10	4.299,66	98.704,76
Amortizações do exercício	-	-	-
Alienações/abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Abates	-	-	-
Outras variações	-	-	-
Saldo final	94.405,10	4.299,66	98.704,76
Ativos líquidos	-	-	-

Imobilizado Corpóreo

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2014						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos						
Saldo inicial	-	-	-	12.370,81	13.765,78	26.136,59
Aquisições	-	-	-	-	-	-
Saldo final				12.370,81	13.765,78	26.136,59
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	-	-	-	12.370,81	11.617,81	23.988,62
Depreciações do exercício	-	-	-	-	976,23	976,23
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	12.370,81	12.594,04	24.964,87
Activos líquidos	-	-	-	-	1.171,72	1.171,72

**CRÉDITOS SOBRE CLIENTES**

Em 31 de Dezembro de 2014, o crédito em situação normal apresenta a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

Até 3 meses	396.505,49	
De 3 até 6 meses	403.576,94	
de 6 até 12 meses	557.886,80	
De 12 até 36 meses	324.160,47	
De 36 meses e superior a 60 meses	182.314,91	
Crédito Bruto		1.864.444,61
Provisões acumuladas		580.902,13
Crédito Líquido		1.283.542,48

DÉBITOS PARA COM CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Outros débitos à vista" apresenta o seguinte resultado: 36 271,02€.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica "Outros débitos a prazo" apresenta, no que toca a prazos residuais do vencimento, a seguinte decomposição:

Até 1 mês	54.254,00	
Até 3 meses	163.996,00	
Até 6 meses	1.027.336,24	
Até 1 ano	3.123.541,00	
Total de responsabilidades		4.369.127,24

**PROVISÕES**

O movimento nas provisões é o que consta do quadro abaixo:

Movimento de Provisões	Saldo no início do exercício	Movimento Acumulado das Provisões			Saldo Final
		Dotações	Utilizações	Anulação/ Reposição	
Depreciação Títulos - Investimento	-	-	-	-	-
Rendimento variável	2.627,03	-	-	2.627,03	-
Para crédito vencido					
Crédito	797.467,28	613.832,11	-	830.397,26	580.902,13
Para riscos gerais de crédito	357,88	1.888,74	-	357,88	1.888,74
TOTAL	797.825,16	615.720,85	-	830.755,14	582.790,87

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Em 31-12-2014, estas rubricas apresentavam os seguintes saldos:

ATIVO:

 Proveitos a receber..... 55.050,16€

PASSIVO:

 Custos a pagar..... 50.088,96€

OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31-12-2014, estas rubricas têm a seguinte composição:

ATIVO:

 Pagamentos por conta 0€

 Retenção impostos na fonte 6.558,59€

PASSIVO:

 Credores diversos

 Por valores a liquidar 12.217,58€

 Retenção impostos na fonte..... 0€

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Não foram atribuídas quaisquer remunerações

**OUTROS CUSTOS E PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO E PERDAS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS****Ganhos extraordinários:**

Reembolsos de despesas/Outros..... 2.259,00€

Custos extraordinários:

Alienação de objetos de ouro/prata..... 0€

Outros débitos/donativos..... 0€

IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2010 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

CONTA EXTRAPATRIMONIAL

Existe uma rubrica de carácter Extra patrimonial (conta n.º 97100) que atinge o valor de 3.782.649,33€. Representa a responsabilidade da Caixa Económica do Porto, pelo valor estabelecido aos bens dados em penhor e para a eventualidade de se extraviarem (roubo ou incêndio).



Imposto de Rendimento de Pessoas Coletivas como dispõe o artigo 10º CIR conforme quadro seguinte:

TAXAS IRC		
Calculo da Estimativa de IRC		
Resultado Contabilístico (antes impostos)	543.857,28	
Provisões Op.Div.Reg.Exerc.Ant.	60.306,00	
Lucro Tributável	604.163,28	
Imposto	21,50%	129.895,11
Retenções na fonte Pag.por conta Derrama		6.558,59
TA		
Valor a pagar		123.336,52
Resultado Contabilístico Líquido		413.962,17
Estimativa de IRC		129.895,11

Porto, 26 de Março de 2015

A TÉCNICA DE CONTAS

Helena Oliveira



A DIREÇÃO

António dos Santos Reis António dos Santos Reis

Américo Pedreira Martins Américo Pedreira Martins

Rui Melo Cosme Rui Melo Cosme

Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho Ana Eugénia Alves Nogueira Carvalho

Carlos Jorge Costa Azevedo Silva Carlos Jorge Costa Azevedo Silva



CAIXA ECONÓMICA DO PORTO

A BENEFICÊNCIA FAMILIAR (A.S.M.)**CAIXA ECONÓMICA DO PORTO (Anexa)****PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento do estipulado nos nossos estatutos, examinamos as contas e a restante documentação constantes das pastas "A Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos" e sua secção Funerária assim como da "Caixa Económica do Porto", pelo que somos do seguinte parecer:

PARECER:

Que o relatório e contas da Direção referente ao ano 2014 mereçam a vossa aprovação;

Que aproveis um voto de louvor à Direção pela dedicação demonstrada e pelo empenho revelado no cumprimento do programa de ação para o ano de 2014, aprovado por esta assembleia;

A todos os trabalhadores, aproveis também um voto de louvor pela sua elevada colaboração em todos os sectores.

Porto, 26 de Março de 2015

O CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE *Silvia Barros*
SECRETÁRIO *Aluisio*
RELATOR *António Baptista*



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMÍNGUES FERREZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHO
GUILHERME W. D'OLIVEIRA MARTINS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de *CAIXA ECONÓMICA DO PORTO (anexa à BENEFICÊNCIA FAMILIAR ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS)*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 6.595.283 euros e um total de Fundos próprios de 1.760.459 euros, incluindo um resultado líquido de 413.962 euros) e a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da *CAIXA ECONÓMICA DO PORTO* e o resultado das suas operações, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direção, utilizadas na sua preparação;

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação-Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Eschêrio 3
2415-396 LEBRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação-Norte | North Branch
Via Eng.º Edgar Cordeiro, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Eschêrio 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. O suporte documental associado a registos contabilísticos da rubrica de credores, em Outros Passivos, apresenta-se insuficiente, nomeadamente, quanto à natureza e justificação das correspondentes operações efetuadas. Deste modo, não nos é possível aferir da razoabilidade do montante, referente a exercícios anteriores, evidenciado naquela rubrica (57.050 euros).

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de *CAIXA ECONÓMICA DO PORTO (anexa à BENEFICÊNCIA FAMILIAR ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS)*, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também da nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

10. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos atenção para o facto do Relatório de auditoria referente ao exercício de 2013, emitido em 8 de maio de 2014, evidenciar uma opinião com 2 reservas e uma ênfase, sendo que essas reservas e ênfase já não se aplicam no exercício de 2014.

Lisboa, 23 de abril de 2015

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por

Carlos Manuel Grenha, ROC n.º 1266